

---

**Daxiyanguo**

Portuguese Journal of Asian Studies | Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos  
ISSN: 1645-4677 | ISSN-e: 2184-9129 | 2023, 2.º semestre, Número 31, páginas 111-134  
DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2023.31/pp.111-134

---

## **A Turquia no Mediterrâneo Oriental: A disputa pelos recursos energéticos**

Turkey in the Eastern Mediterranean: The dispute over energy resources

**Maria do Céu Pinto Arena \***

**João Manuel Santos Leite \*\***

\* Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Portugal; Email: ceupinto@eeg.uminho

\*\* Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Portugal; Email: jokaleite0@gmail.com

### **RESUMO**

Nos últimos anos, o Mediterrâneo Oriental tem assistido a uma intensa disputa pelo gás natural, com a Turquia a competir por este recurso com vários Estados da região. As políticas adotadas pelo governo turco aceleraram a cooperação energética entre os seus vizinhos, deixando Ancara isolada. A criação em 2020 do *Eastern Mediterranean Gas Forum* (EMGF), veio pôr em claro o isolamento da Turquia. A decisão de Ancara apoiar o governo líbio do Acordo Nacional e celebrar um acordo sobre a delimitação

das águas territoriais, redesenhou as fronteiras marítimas da região, incitando ainda mais a competição pelas novas fontes energéticas. Os recursos energéticos foram considerados como uma prioridade, em termos de segurança nacional turca, visto que os seus opositores formaram eixos e parcerias alternativas, como o EMGF. Este artigo tem como objetivo descrever a posição da Turquia na região e explicar como a assinatura do *Memorandum of Understanding* com o governo líbio intensificou as disputas energéticas na região.

**Palavras-chave:** Turquia; Líbia; Gás Natural; Memorandum of Understanding; Chipre; Eastern Mediterranean Gas Forum

#### ABSTRACT

In recent years, the Eastern Mediterranean has witnessed an intense dispute over natural gas, with Turkey competing for this resource with several states in the region. However, the policies adopted by the Turkish government had the undesired effect of accelerating energy cooperation among its neighbors. The creation, in 2020, of the Eastern Mediterranean Gas Forum (EMGF) highlighted Turkey's isolation. Ankara's decision to support the Libyan and conclude an agreement on the delimitation of territorial waters, redesigned the maritime borders of the region, further inciting competition for new energy sources. Energy resources were considered as a priority in terms of Turkish national security, as its opponents formed initiatives and partnerships, such as the EMGF. This article aims to describe Turkey's position in the region and to explain how the signing of the Memorandum of Understanding with the Libyan government has intensified energy disputes in the region.

**Keywords:** Turkey; Lybia; Natural Gas; Memorandum of Understanding; Cyprus; Eastern Mediterranean Gas Forum

## 1. Introdução

O propósito deste artigo é analisar a postura da Turquia no contexto do Mediterrâneo Oriental, particularmente no que diz respeito às controvérsias envolvendo os recursos de gás natural. A descoberta de recursos de gás *offshore* no Mediterrâneo Oriental há pouco mais de uma década, bem como a assinatura em 2019 do “*Memorandum of Understanding*” entre a Turquia e o governo líbio, intensificaram as disputas na região. Este artigo investiga os acontecimentos na região nos últimos anos, dando destaque às descobertas de gás natural em águas cipriotas, a assinatura do memorando com a Líbia e a criação do “Eastern Mediterranean Gas Forum” (2020).<sup>[1]</sup> A criação do Fórum tem, por conseguinte, uma dimensão geopolítica inegável, alimentada, nomeadamente,

---

1. O EastMed Gas Forum é uma organização internacional formada pelo Chipre, Egito, Grécia e Israel, à qual posteriormente aderiram a Itália, Jordânia e Palestina. O gasoduto EastMed é um gasoduto submarino concebido para fornecer gás à Europa a partir do Mediterrâneo oriental através de Israel, Grécia e Chipre.

pelas relações conturbadas entre a Turquia e os seus vizinhos, Chipre, Egito, Grécia e Israel (Tsakiris, 2014; Tziarras, 2019; İŞeri & Andrikopoulos, 2013). A Turquia tem disputas com uma série de países da região, mormente com a Grécia em torno das delimitações marítimas do Mar Egeu. A assinatura entre a Turquia e o Governo de Acordo Nacional (GNA) de um controverso acordo marítimo em novembro de 2019, demarcando as fronteiras marítimas entre a Turquia e a Líbia e visando garantir o acesso a potenciais recursos energéticos, aumentou as tensões no Mediterrâneo Oriental.

O artigo analisará estas dinâmicas sobretudo a partir de 2011, data da descoberta das primeiras reservas de gás natural ao largo de Chipre, e da assinatura, em 2019, do acordo turco-líbio sobre a delimitação de fronteiras marítimas. O contributo deste artigo é o de fazer uma análise integrada sobre a polémica em torno da disputa turca pelos recursos energéticos do Mediterrâneo Oriental com as suas ambições geopolíticas (e energéticas) no contexto da guerra civil líbia.

A literatura sobre a descoberta de recursos de gás *offshore* no Mediterrâneo Oriental em finais da década de 2000, demonstra como tal veio acrescentar maior complexidade a uma região já marcada por conflitos com décadas de existência (Ayata, 2015; Ellinas, 2022; Grigoriadis, 2014; Stergiou, 2017a; Kısacık, 2020; Proedrou, 2021; Stanič & Karbuz, 2021). Essas descobertas provocaram uma reconfiguração dos alinhamentos e desencadearam novas dinâmicas intra-regionais no Mediterrâneo Oriental. Neste contexto, a Primavera Árabe também abalou os principais fundamentos da ordem regional, desencadeando rivalidades e conflitos pelo poder (Yorulmazlar & Turhan, 2015; Yüksel, 2020; Gürzel et al., 2022). Além disso, aprofundou as divisões sectárias, tanto dentro como entre os Estados no Médio Oriente e do Norte de África. A turbulência resultante demandou uma reavaliação contínua da política externa turca.

Este reforço teve como resultado a afirmação da Turquia em vários tabuleiro no âmbito dessa ordem regional caótica no Médio Oriente, em simultâneo com o enfraquecimento da presença ocidental (Yorulmazlar & Turhan, 2015). A atuação do governo turco alicerça-se numa nova orientação em termos de política externa, na recuperação do legado otomano, na solidariedade muçulmana e no conceito transnacional de *Ummah*<sup>[2]</sup> (Murinson, 2012; Yayla, 2020; Taş, 2020). Ancara tem dado prioridade a uma postura mais agressiva reforçar o seu poder e influência no Médio Oriente e no Norte de África e de *hard-power*, mostrando-se mais disposta a recorrer à força (Kardaş, 2020, Ayata 2015; Merz,

---

2. A Comunidade transnacional dos crentes em Alá.

2020; Proedrou, 2021; Saddiki, 2020). Ao fazê-lo, acentuou as tensões com outros países e entrou em colisão com as políticas regionais da União Europeia (UE) e da NATO (Biresselioğlu, 2019; Tsakiris, Ulgen & Han, 2018; Rehman & Abbas, 2020; The Associated Press, 2020; Merz 2020; BBC, 2020).

A resposta turca à sua exclusão do *Eastern Mediterranean Gas Forum*<sup>[3]</sup> (İpek e Gür, 2022) passou pela celebração de acordos de delimitação marítima e cooperação defensiva com o governo líbio e pela adoção da doutrina “Blue Homeland” (Christofis, 2022). Esta política assenta no reforço da presença turca no Mar Mediterrâneo, no Mar Egeu e no Mar Negro, através da diplomacia e meios militares (Rehman & Abbas, 2020; Axt, 2021; Saddiki, 2020).<sup>[4]</sup>

O memorando estabeleceu novas delimitações marítimas, beneficiando o governo turco, visto que permite o acesso e exploração de áreas ricas em recursos às empresas estatais turcas (Eriksson, 2016; Fasanotti, 2017; Barltrop, 2019; Joffé, 2020; Kardaş, 2020; Köse & Öztürk, 2020; Megerisi, 2020; Quamar, 2020 & Axt, 2021). A cooperação militar entre os dois países surgiu em troca do estabelecimento de novas jurisdições marítimas, o que foi considerado fundamental para a sobrevivência do GAN (Governo do Acordo Nacional), face à ofensiva por parte do Gen. Khalifa Belgasim Haftar e do exército nacional líbio (LNA) (Megerisi, 2020; Yayla, 2020; Yilmaz & Ertürk, 2020).

A metodologia usada foi o método qualitativo baseado na análise bibliográfica. A informação analisada provém principalmente de fontes secundárias, como livros, artigos científicos e notícias, assim como fontes primárias, que incidirão sobre os diversos aspetos abordados no corpo deste artigo.

O corpo deste artigo está dividido em três partes. A primeira analisa o contexto da intervenção turca na guerra civil líbia pós-2011 e a assinatura do memorando de entendimento entre a Turquia e a Líbia no final de 2019 para estabelecer uma zona económica exclusiva (ZEE)<sup>[5]</sup> no Mediterrâneo Oriental. A segunda parte incide sobre a descoberta de gás natural no Mediterrâneo Oriental e nas disputas sobre as ZEE cipriotas e gregas. A terceira parte do ar-

---

3. O EastMed Gas Forum é uma organização internacional formada pelo Chipre, Egito, Grécia e Israel, à qual posteriormente aderiram a Itália, Jordânia e Palestina. O gasoduto EastMed é um gasoduto submarino concebido para fornecer gás à Europa a partir do Mediterrâneo oriental através de Israel, Grécia e Chipre.

4. Em 2019, o Presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, mostrou um mapa em que se vê o Mar Egeu como estando dividido entre a Turquia e a Grécia, com dezenas de ilhas gregas assinaladas como fazendo parte da Turquia.

5. De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os países costeiros têm direito a declarar uma zona económica exclusiva de espaço marítimo para além das suas águas territoriais, na qual têm prerrogativas na utilização dos recursos, tanto vivos como não-vivos, e responsabilidade na sua gestão ambiental. A ZEE é delimitada, em princípio, por uma linha situada a 200 milhas marítimas da costa, mas pode ter uma extensão maior, de acordo com a da plataforma continental.

tigo descreve a formação do “Eastern Mediterranean Gas Forum” e o projeto de criação do gasoduto promovido pela EastMed e analisa os interesses dos vários intervenientes regionais, inclusive a UE e os EUA.

## 2. O Memorando com a Líbia

Em 2011, com o despoletar da Primavera Árabe, a Líbia mergulhou numa guerra civil do regime contra largas franjas de revoltosos. O insucesso da aplicação das sanções ao governo líbio gerou o acionamento do artigo 42.º da Carta da Nações Unidas relativo ao uso da força. O uso deste artigo resultou no lançamento de uma operação militar da NATO com o objetivo de proteger a população líbia que, com o prolongamento da campanha militar, acabou por culminar na queda do regime (Eriksson, 2016).

Na Líbia, inicialmente a Turquia adotou um papel de mediador. O governo turco criticou a imposição de sanções e a campanha militar da NATO e privilegiou o uso da diplomacia (Ayata, 2015). Para Ancara, a intervenção militar na Líbia iria desintegrar o país, criando situações como as do Iraque e do Afeganistão (Ayata, 2015).

O colapso do regime de Gaddafi na Líbia resultou na fragmentação da estrutura política e das suas instituições, exigindo ações de *state-building* e de ajuda humanitária a longo prazo. O Estado líbio era um parceiro importante da Turquia, especialmente no setor da construção (Altunişik, 2014). O fim do regime de Gaddafi determinou que os objetivos turcos passariam pela proteção dos seus interesses económicos, implementando também uma política de assistência humanitária (Altunişik, 2014, p. 343). Ancara procurou reforçar o seu estatuto regional, obtendo vantagens sobre os seus adversários, expandindo os seus laços económicos e ajudando a contribuir para a estabilidade na região. Essa possibilidade seria prosseguida através da aproximação a atores políticos emergentes, utilizando a assistência externa (Altunişik, 2014, p. 345).

O pós-revolução representou um grande motivo de preocupação para a comunidade internacional, pois a Líbia assemelhava-se em tudo a um Estado falhado. A transição pós-conflito originou uma liderança líbia dividida: a primeira situava-se em Trípoli, com uma ideologia mais islamista, apoiada pelo Congresso Geral Nacional<sup>6</sup> e por milícias islâmicas, tendo o apoio de Estados, como a Turquia e o Catar (Fasanotti, 2017). A segunda baseada em Tobruk, apoiada pela Câmara dos Representantes e liderada pelo Gen. Haftar, contava com o apoio do Egito, Rússia e Emirados Árabes Unidos (Fasanotti, 2017). A

---

6. O Congresso Geral Nacional foi a autoridade legislativa da Líbia durante dois anos após o fim da Primeira Guerra Civil Líbia. Foi eleito por votação popular, em julho de 2012, substituindo o Conselho Nacional de Transição.

Câmara dos Representantes é o órgão legislativo resultante das eleições parlamentares líbias de 2014, que contaram com uma afluência às urnas limitada (18%). No final de 2014, na sequência da tentativa falhada para conquistar a capital, Trípoli, no contexto da chamada Segunda Guerra Civil Líbia, a Câmara dos Representantes mudou-se para Tobruk, no leste da Líbia.

Em 2015, as Nações Unidas anunciaram uma proposta que previa a partilha do poder entre a Câmara dos Representantes e o governo do Congresso Geral Nacional, sob um primeiro-ministro de compromisso, Fayed al-Sarraj. A 17 de dezembro de 2015, os membros da Câmara dos Representantes e do novo Congresso Geral Nacional chegaram a um acordo político. Nos termos do acordo, formar-se-ia um Conselho da Presidência e um Governo provisório do Acordo Nacional (GAN), com vista à realização de novas eleições nos dois anos seguintes. A Câmara dos Representantes continuaria a existir como legislatura e como órgão consultivo — o Alto Conselho de Estado —, e seria formada por membros nomeados pelo novo Congresso Geral Nacional. Entre 2014 e 2021, a Câmara dos Representantes apoiou o governo de Tobruk que governava o leste da Líbia. A 4 de abril de 2019, o Gen. Khalifa Haftar, comandante de componentes do Exército Nacional Líbio, lançou um ataque surpresa contra a capital líbia, Trípoli, numa tentativa de derrubar o Governo de Acordo Nacional reconhecido pela ONU.

Como foi referido, a luta pelo poder dividiu, em 2014, o país em duas partes e a liderança do governo líbio — GAN — passou a ser contestada pelo Gen. Haftar. A divisão do Estado atraiu a participação de atores externos, em especial da Turquia, cujo governo forneceu apoio ao governo eleito democraticamente, enquanto alguns dos seus vizinhos regionais apoiaram o Gen. Haftar (Eriksson, 2016). O governo de Trípoli não conseguia estabelecer o seu domínio e a segurança no território. A falta de segurança originou insurreições de várias milícias com poder, que tomaram o controlo de várias regiões (Barltrop, 2019).

Outra dificuldade passava por não impedir um cerco da capital. Com esse cerco, as exportações de petróleo do GAN ficariam bloqueadas. A inexistência de soluções para o conflito interno da Líbia contribuiu para uma maior radicalização de certas zonas do país, nomeadamente em regiões como Bengasi (Eriksson, 2016). Durante o regime de Gaddafi, estas regiões foram negligenciadas pelo governo, facilitando a proliferação e radicalização de grupos islâmicos. Estes fatores, juntamente com tráfico de armas, comércio ilegal, tráfico humano e a presença de atores externos, proporcionaram a instabilidade política que perdura desde 2011 (Eriksson, 2016).

A influência de outros atores no conflito interno líbio, tornou-o numa *proxy war*. As transformações regionais e políticas no Norte de África possibilita-

ram o aumento da influência de países como a Turquia, Qatar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Rússia e EUA. A gradual retirada da presença deste último do Médio Oriente, o Brexit e a política da União Europeia deixaram um vácuo no poder da região após a Primavera Árabe, beneficiando os interesses turcos (Köse & Öztürk, 2020). Devido às alterações regionais, as movimentações turcas em torno da Líbia, puseram em realce as motivações geopolíticas, energéticas e económicas. Como já foi sublinhado, a nível económico, o setor privado turco detinha grandes investimentos e projetos na Líbia (Köse & Öztürk, 2020). Os altos investimentos no setor da construção e a necessidade de importar grandes quantidades de petróleo líbio, também motivaram a ação da Turquia (Yayla, 2020).

O despoletar de um novo conflito em solo líbio em 2014, demonstrou uma posição menos assertiva do governo de Ancara, devido à pouca influência turca na guerra. Contudo, o apoio turco aumentou em 2016, com o fornecimento de assistência a milícias muçulmanas e revolucionárias opostas às forças do Gen. Haftar. A vitória sobre estes grupos em Bengasi teve como resultado o controlo das reservas de petróleo e gás natural na região de Cirenaica, na costa oriental do país (Joffé, 2020).

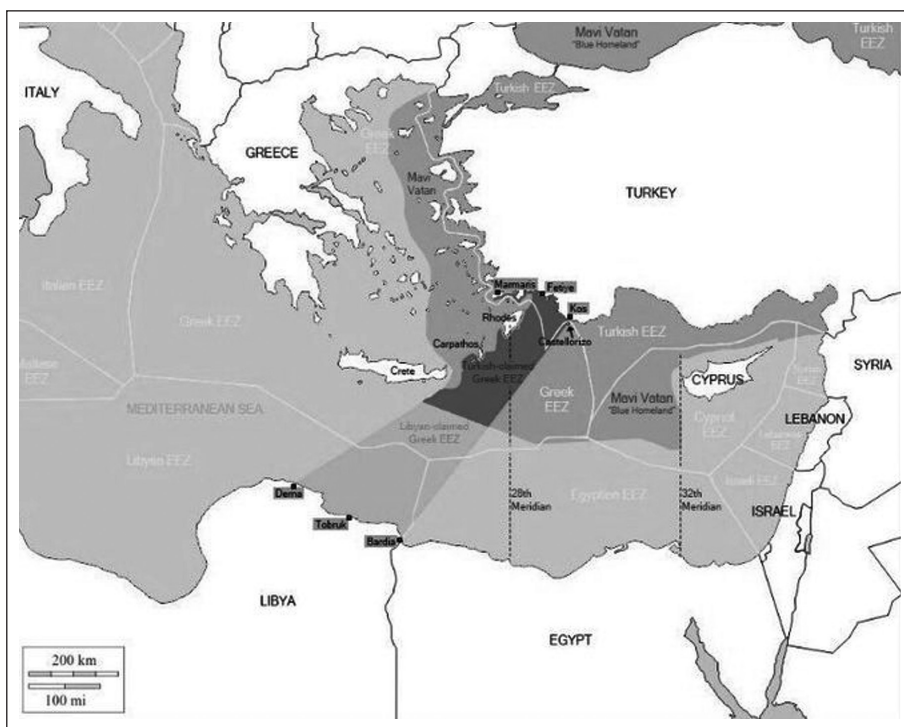
Contudo, o domínio de Haftar sob estes recursos era inaceitável para o governo de Trípoli, que detinha relações com milícias islâmicas moderadas e tinha o apoio do Qatar e da Turquia. A resistência ao GAN deveu-se à assistência do Egito e Rússia, com o envio de grupos de mercenários russos (Joffé, 2020). A intervenção direta da Turquia também ajudou a alterar o rumo do conflito, impedindo a queda de Trípoli (Ghafar, 2021; Yüksel, 2020). A libertação do cerco à cidade de Trípoli possibilitou o controlo das forças líbias do seu território e o contra-ataque contra as forças opositoras até Sirte, beneficiando do abandono de grandes quantidades de armamento (Joffé, 2020, p. 685).

Assim, o cerco à cidade de Trípoli acabou por facilitar a presença turca no território líbio, dando ensejo à assinatura de dois acordos entre os dois governos. As motivações económicas centraram-se na venda de armamento, veículos e blindados, *drones*, acesso aos recursos energéticos líbios e à sua exploração e o descongelamento do capital turco investido, especialmente no setor da construção (Yayla, 2020). Para o governo de Recep Tayyip Erdogan, a guerra civil na Líbia também oferecia oportunidades para o sucesso militar e político da Turquia, visto que poderia provar a eficácia do setor militar turco, trazendo benefícios económicos às empresas e investidores turcos, no pós-conflito, e reforçar a popularidade do governo (Quamar, 2020, p. 599). O apoio fornecido ao GAN, através de mercenários sírios e armamento de alta tecnologia, possibilitaram conter as forças opositoras a Trípoli. Um ano após

a assinatura do “*Memorandum of Understanding*” entre a Turquia e a Líbia, o governo reconhecido pelas Nações Unidas conseguiu recuperar grande parte do território perdido.

A assinatura do Memorando lançou as bases para a cooperação militar entre a Turquia e o GAN. O “Memorando de Entendimento entre a Turquia e a Líbia sobre a Delimitação das Áreas de Jurisdição Marítima no Mediterrâneo”, delimitou novas fronteiras marítimas, garantindo o acesso e exploração de áreas ricas em recursos energéticos a empresas estatais turcas (Axt, 2021).

Os acordos entre o governo turco e líbio foram, portanto, um desafio direto às novas alianças formadas no Mediterrâneo, nomeadamente contra a exclusão da Turquia no EastMed. Permitiu-lhe assim explorar livremente os recursos energéticos em águas adjacentes às fronteiras marítimas da Líbia e impedir a existência de um projeto de transporte de gás natural no Mediterrâneo Oriental (Saddiki, 2020). Os acordos enfraqueceram os opositores turcos e



**FIGURA 1**

Acordo Turco-Líbio sobre a Delimitação de Fronteiras Marítimas

Fonte: <https://www.keeptalkinggreece.com/2019/12/05/turkey-libya-agreement-mou-text-english/>



levaram ao bloqueio de atividades exploratórias gregas e cipriotas no âmbito das novas delimitações. Estes acordos geraram controvérsia, por criarem obstruções ao direito cipriota de explorar os seus recursos naturais (Taş, 2022). O governo de Atenas, considera o acordo ilegal, visto que as novas fronteiras marítimas sobrepõem-se ao Mar da Ilha de Creta (Yilmaz & Ertürk, 2020).

### 3. A descoberta de gás natural no Mediterrâneo Oriental

A assistência fornecida ao governo líbio surgiu também como resposta à exploração e descoberta de gás natural na ZEE do Chipre<sup>7</sup> e ao plano grego de aumentar a jurisdição marítima nas suas ilhas, o que poderia confinar a Turquia à Baía de Antalya (Doğan, 2019). A Turquia alegou que a exploração de recursos energéticos na área marítima do Chipre é ilegal (Ratner, 2016; Johnson, Ross & Zemenides, 2015). A ilha do Chipre permanece territorialmente dividida desde 1974<sup>8</sup> (İşeri & Andrikopoulos, 2013). A divisão territorial do Chipre motiva uma postura agressiva da Turquia, que reclama partes das delimitações marítimas do Chipre onde estão localizadas várias reservas de fontes energéticas. A Turquia e a República Turca de Chipre do Norte defendem que o governo cipriota apenas pode iniciar as atividades de exploração após a realização de um acordo de partilha dos recursos entre os cipriotas turcos e os cipriotas gregos.

Em 2011, foram descobertas várias reservas importantes de gás natural no Mediterrâneo Oriental, nomeadamente nas ZEE de Chipre, Israel e Egito (Johnson, Ross & Zemenides, 2015). O governo cipriota promoveu a exploração da sua ZEE, resultando na descoberta da reserva *Aphrodite* (Ratner, 2016). Esta reserva está localizada ao largo da costa sul de Chipre, contíguo ao campo de gás de Yishai, localizado em águas territoriais israelitas. Outras explorações na ZEE cipriota levaram à descoberta de gás natural em Calypso, em 2018, e em Galucos 1 (Glafcos), em 2019 (Rubin & Eiran, 2019, p. 984). A posição inicial, após a descoberta de gás natural no território marítimo cipriota, era otimista, mas fomentou as tensões numa região altamente atribulada, nomeadamente, pela existência de várias ZEE contestadas, pela questão cipriota e pelo conflito entre Israel e Palestina (Ak, 2014).

A procura do gás natural cipriota significaria o crescimento exponencial das suas exportações e o crescimento da economia. O Chipre poderá conse-

7. Em 2007, a República de Chipre anunciou a primeira ronda de licenças *offshore*. No ano seguinte, a companhia americana, Noble Energy (posteriormente adquirida pela Chevron), obteve uma licença de exploração de hidrocarbonetos.

8. Desde a invasão e ocupação turca, em 1974, na parte norte da ilha cipriota. A Turquia é o único país a reconhecer a República Turca de Chipre do Norte como um Estado.

guir exportar a maioria da produção para os países vizinhos, ainda que o objetivo principal seja tornar-se num centro energético global (Gürel & Le Cornu, 2014). Estes recursos energéticos podem fornecer energia a vários países da região e ao continente europeu, contribuindo para a diversificação dos recursos energéticos e para reduzir a dependência face ao gás natural russo (Rubin & Eiran, 2019; Tziarras, 2019). Para a concretização desse objetivo, é necessário a construção de infraestruturas que tenham a possibilidade de serem reconhecidas a nível global, de modo a exportar o gás natural de outros países do Mediterrâneo Oriental.

Apesar do governo cipriota anunciar a exploração da reserva *Aphrodite*, o seu processo não é fácil, visto que o país não tem as infraestruturas necessárias para o consumo, nem para a exportação dos recursos energéticos. Surgiram várias opções de exportação, além da construção das mesmas, como utilizar infraestruturas de países vizinhos para exportar os recursos energéticos para os diferentes mercados. Na região, o Egito é um Estado com grande capacidade de fornecimento de gás natural e com as infraestruturas necessárias para a concretização dos objetivos cipriotas (Stanič & Karbuz, 2021).

A extração e a exportação são grandes dificuldades a ter em conta, devido à falta de segurança na construção e no transporte e à tecnologia mais recente, cuja utilização não foi testada. (Stergiou, 2017a). Os governos da região reconhecem a importância da existência de investimento direto estrangeiro, não apenas sob a forma de acumulação de capital, mas como incentivo à produção, transferência de tecnologia, conhecimento e integração nas cadeias de valor global (Rubin & Eiran, 2019). No caso cipriota, o governo também necessita de retorno financeiro de modo a reverter a crise económica que o país atravessa, priorizando projetos com custos mais aceitáveis.

Antes da descoberta de gás natural na ZEE cipriota, o governo do Chipre considerou fundamental estabelecer boas relações com alguns países da região, culminando em acordos celebrados com o governo israelita, em especial, no acordo de 2010, que levou ao desenvolvimento e exploração da reserva *Aphrodite* em conjunto com o governo de Telavive<sup>9</sup> (Eissler & Arasil, 2014). O governo de Nicósia estabeleceu também boas relações com o Egito, celebrando vários acordos, nomeadamente um acordo em 2003 delimitando a ZEE<sup>10</sup> (Rubin & Eiran, 2019). Todos estes fatores permitiram ao governo ci-

9. Acordo entre o governo israelita e cipriota (“Agreement between the Government of the State of Israel and the Government of the Republic of Cyprus on cooperation in the fields of renewable energy and energy efficiency”).

10. As boas relações com o Egito, resultaram também num acordo, em 2018, entre a República de Chipre e a República Árabe do Egito, em torno de um Gasoduto de Gás Natural Submarino (“In-

priota designar treze blocos de exploração e perfuração. O governo de Nicósia atribuiu licenças de exploração em vários blocos da sua ZEE a empresas internacionais, como a empresa norte-americana, Noble Energy, o consórcio italo-coreano, ENI-KOGAS e a empresa francesa TOTAL (Stanič & Karbuz, 2021).

O grande obstáculo aos acordos celebrados e à atribuição de licenças é a contestação turca. O governo turco não reconhece a ZEE cipriota, considerando que os blocos e áreas designadas pelo governo de Nicósia se sobrepõem à sua Plataforma Continental e à Plataforma Continental da República Turca de Chipre do Norte (Stanič & Karbuz, 2021). Por outro lado, a atribuição de licenças para atividades exploratórias a consórcios internacionais determinaria o exercício dos direitos naturais por parte do governo cipriota, demonstrando dessa forma o reconhecimento internacional desse Estado (Proedrou, 2021)

A Turquia possui, também, disputas marítimas com outros países da região, nomeadamente com a Grécia, em torno das delimitações marítimas do Mar Egeu. As disputas centram-se na delimitação da ZEE da Grécia, no estatuto das ilhas gregas, na delimitação das águas territoriais<sup>[11]</sup> e na soberania do espaço aéreo. O governo turco não reconhece a ZEE cipriota e grega, pois não é membro signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), de 1982, nem aceita que os governos destes países delimitem as suas fronteiras marítimas unilateralmente. A Grécia detém a soberania sob grande quantidade das ilhas no Mar Egeu, delimitando a sua ZEE em redor do mesmo, ainda que sofra a oposição da Turquia (Axt, 2021).

O governo turco implementou uma política externa agressiva, principalmente com ameaças de força. A nova política externa turca teve uma contrarresposta grega, visto que o governo turco reconhece a República Turca de Chipre do Norte como Estado soberano e que os cipriotas turcos têm direitos sobre toda a costa da ilha, não reconhecendo os mesmos direitos aos cipriotas gregos na sua respetiva parte da ilha (Grigoriadis, 2014). A Turquia reclama para o seu aliado o direito de beneficiar da exploração dos recursos marítimos da ilha cipriota. A questão da unificação da ilha cipriota impede a melhoria das relações diplomáticas entre a Turquia e a União Europeia, limitando a cooperação da Turquia com certos países do Mediterrâneo Oriental (Stergiou, 2017b). O resultado determinou o aumento da influência russa na região e a diminuição da influência ocidental no Mar Mediterrâneo (Stergiou, 2017b).

---

tergovernmental Agreement between the Republic of Cyprus and the Arab Republic of Egypt concerning a Direct Submarine Natural Gas Pipeline”).

11. De acordo com o artigo n.º 2, da secção 2 da UNCLOS (1982), os Estados signatários desta Convenção, têm o direito de delimitar as suas águas territoriais até 12 milhas náuticas.

A situação cipriota afeta diretamente a Turquia e os seus parceiros, pois o governo de Ancara afirma que os cipriotas gregos não podem agir de forma multilateral na delimitação marítima das suas águas, nem receber os benefícios e lucros sem a existência de um acordo com os cipriotas turcos (Demiryol, 2019). As ações do governo turco demonstraram uma postura mais agressiva após o início da exploração de um dos blocos designados para exploração e perfuração (Demiryol, 2019). O governo de Erdogan celebrou de imediato um acordo com o governo do norte da ilha, estipulando novas delimitações marítimas e concessões de licenças de exploração a empresas estatais turcas nas áreas marítimas da costa norte da ilha (Demiryol, 2019). O governo turco cipriota concedeu licenças de exploração a empresas estatais turcas na sua área marítima e em áreas marítimas reclamadas pelo governo da República de Chipre (Demiryol, 2019). Contudo, as suas ações mereceram a contestação do governo cipriota e da comunidade internacional, visto que, de acordo com o Direito Internacional, são consideradas ilegais (Demiryol, 2019).

O governo turco procurou o acesso às fontes energéticas do Mar Mediterrâneo, devido à crise económica que atravessa, possibilitando a diversificação dos recursos energéticos, a manutenção da influência turca no Mediterrâneo Oriental e o aumento da sua importância dentro do continente europeu, através da participação no gasoduto promovido pela Comissão Europeia, o *Southern Gas Corridor*<sup>[12]</sup>. Este gasoduto, tem início no Azerbaijão e tem como destino final a Europa (Kırsacı, 2020). Devido à situação tensa com a Grécia, poderia ser possível concretizar a secção turca do gasoduto (o *Trans Anatolian Pipeline*), um gasoduto com 1 850 km de comprimento, que é o troço mais longo do *Southern Gas Corridor*.

A partir de 2018, o governo turco enviou várias expedições de exploração de gás natural para águas territoriais da República de Chipre e da Grécia, bloqueando as embarcações de exploração destes Estados (Merz, 2020, p.1). As ações turcas geraram a pressão dos governos gregos e cipriotas na NATO e na União Europeia com o objetivo de impor mais sanções à Turquia (Reuters Staff, 2019).<sup>[13]</sup>

---

12. O Corredor Meridional de Gás é uma iniciativa da Comissão Europeia de 2008 para uma rota de abastecimento de gás natural das regiões do Cáspio e Médio Oriente para a Europa. O objetivo do Corredor Meridional de Gás é reduzir a dependência da Europa do gás russo e agregar diversas fontes de fornecimento de energia. A rota do Azerbaijão para a Europa consiste no Gasoduto do Cáucaso do Sul, no Gasoduto Trans-Anatoliano e no Gasoduto Trans-Adriático. A principal fonte de abastecimento seria o campo de gás, Shah Deniz, localizado no Mar Cáspio.

13. A decisão tomada, em dezembro de 2020, pelo Conselho da UE, após horas de aceso debate, desiludiu os partidários da linha dura, como a França, Chipre e a Grécia, que tinham insistido numa ação mais urgente e concreta para exprimir a desaprovação da UE em relação à política externa turca (Wintour, 2020).

Em 2020, os governos gregos e egípcios celebraram um acordo de delimitação de novas jurisdições marítimas, respondendo às novas jurisdições marítimas proclamadas pelo governo turco.<sup>14</sup> Os membros da União Europeia pressionaram a Turquia a abandonar os seus planos de perfuração *offshore* numa área reivindicada pelas autoridades cipriotas como parte da sua ZEE (The Associated Press, 2020) Em agosto de 2020, o Presidente francês, Emmanuel Macron, instou a Turquia a suspender a exploração de petróleo e gás em águas em disputa na área (BBC News, 2020). O governo francês apoiou a decisão do governo grego, assistindo-o com meios navais e caças (Ghafar, 2021). É de notar que a França e a Turquia apoiam, cada uma delas, partes opostas no conflito da Líbia (Taylor, 2019).

A decisão francesa de fornecer o seu apoio a estes países originou vários choques internos entre os membros da Aliança, tornando o Mediterrâneo Oriental e os seus recursos energéticos numa questão geopolítica mais acesa (Merz, 2020). A União Europeia também se opõe à Turquia, e desde 2018, tem contestado as decisões e ações do governo turco em relação à ZEE de Chipre (Özdemir, 2020). A posição europeia deve-se sobretudo às decisões de Ankara, como a celebração de acordos com o governo líbio ou a adoção da “*Blue Homeland*”, alinhando-se nisso com os seus membros, Chipre e Grécia (Christofis, 2022). A UE também impôs sanções à Turquia, principalmente no que diz respeito à exploração de recursos energéticos em águas territoriais de outros Estados-membros da UE (Christofis, 2022).

A possibilidade de existir conflitos e confrontos entre os membros da NATO e União Europeia, põe em causa a estabilidade regional, a coesão das organizações e as relações entre a Aliança, União Europeia e a Turquia (Merz, 2020).

#### **4. A formação do Eastern Mediterranean Gas Forum**

O *Eastern Mediterranean Gas Forum* ou EastMed surgiu como uma plataforma de cooperação e de políticas de diálogo estruturadas em torno de gás natural entre, inicialmente, o Egito, Israel e a Grécia (Sukkarieh, 2021). A EastMed é uma organização internacional formada pelo Chipre, Egito, França, Grécia, Israel, Itália, Jordânia e Palestina. Informalmente estabelecida em 2019, a carta formal da organização foi assinada em setembro de 2020, tendo entrado em vigor a 9 de março de 2021. A sua sede está localizada no Cairo. A criação desta organização tem como objetivo promover a segurança da oferta e pro-

---

14. “Agreement between the Government of the Hellenic Republic and the Government of the Arab Republic of Egypt on the delimitation of the exclusive economic zone between the two countries” (2020).

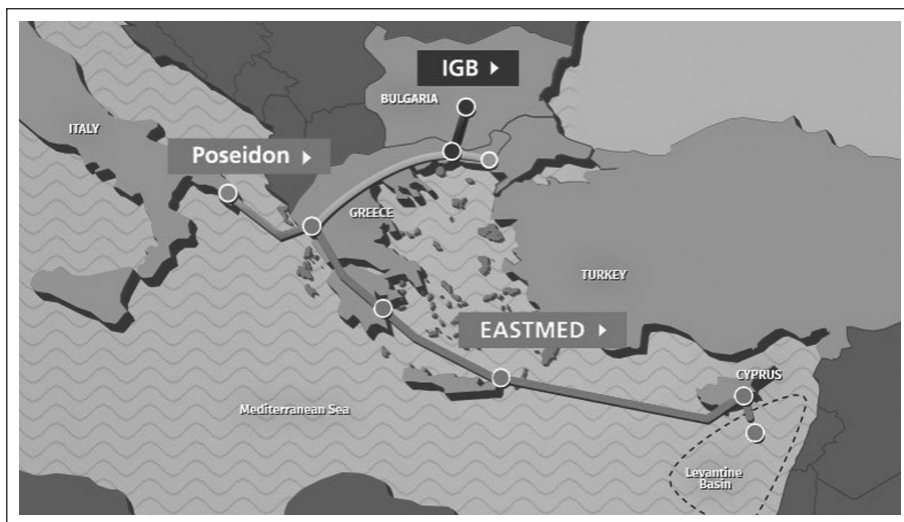
cura para os seus membros, maximizar o desenvolvimento dos recursos, utilizar com eficiência as infraestruturas existentes e as novas, garantir preços competitivos e a melhoria das relações comerciais (Sukkarieh, 2021).

A organização tem ainda como propósito criar uma plataforma para o diálogo e facilitar a coordenação entre os países da região e os vários acionistas, principalmente empresas presentes no Mediterrâneo Oriental, instituições financeiras, potenciais clientes e investidores (Sukkarieh, 2021, p. 3). A meta da organização passa por facilitar a exploração das reservas de gás natural do Mediterrâneo Oriental, encorajando futuras atividades exploratórias, e envolvendo o setor privado e as instituições financeiras e maximizando as capacidades de monetização (Sukkarieh, 2021, p. 4). Porém, apesar do EastMed fornecer uma plataforma, coordenando esforços na procura por soluções, a região necessita da descoberta de maiores quantidades de gás natural para corresponder à procura de energia (Sukkarieh, 2021).

A geopolítica energética tem sido vital para os Estados do Mediterrâneo Oriental, sendo que os governos procuram garantir a segurança energética através do fornecimento e de reservas energéticas para o mercado com preços acessíveis (Gürzel Aka et al., 2022, p. 18). O EastMed foi considerado como um “*gamechanger*” na geopolítica do Mediterrâneo Oriental devido ao seu potencial para reforçar a segurança energética da União Europeia e a concertação entre a Grécia, Israel e Chipre (Grigoriadis, 2022). O gasoduto EastMed suscitou grande interesse devido a vantagens, como a capacidade de transporte de gás natural, a ligação à Europa e a possibilidade de conjugar múltiplos fornecimentos de gás natural (Gürzel Aka et al., 2022).

O EastMed foi promovido por consórcios italianos e franceses, mas necessita do apoio israelita, devido às suas reservas (Tsakiris, Ulgen & Han, 2018). É um gasoduto que se destina a transportar gás natural ao largo de Israel, através de um gasoduto de 1 250 quilómetros que passa pelo Chipre e Grécia em direção aos mercados europeus. Este projeto enfrenta limitações geopolíticas, como a oposição de Ancara (Tsakiris, 2014). A inclusão do Egito, no projeto, poderia contornar os obstáculos geopolíticos, mas, devido ao acordo entre a Turquia e a Líbia de 2019, essa possibilidade rapidamente colapsou (Tsakiris, 2014).

O EMGF destacou a importância deste gasoduto, mas alguns Estados-Membros não o consideraram importante. O Egito é um desses Estados, tendo maior interesse na utilização de terminais de GLN, o que suscitou a atenção europeia para esta alternativa. A localização e as suas infraestruturas de liquefação de gás natural, determinam a sua importância para a organização. O país detém vastas quantidades de gás natural, pelo que o GLN é uma importante fonte de recursos

**FIGURA 2**

O Gasoduto EastMed

Fonte: [https://www.banktrack.org/project/eastmed\\_pipeline](https://www.banktrack.org/project/eastmed_pipeline)

para a debilitada economia do Egito (İpek & Gür, 2022). Em 2015, foi descoberta a maior reserva de gás da região ao largo da costa egípcia, permitindo ao Cairo voltar a ser um exportador de recursos naturais. A descoberta de outro enorme campo em 2018, deverá transformar o Egito num importante centro mundial para a exportação de gás.

O Estado israelita é um dos membros fundadores da organização, tendo como objetivo a criação de um mercado de gás comum na região, coordenando as políticas energéticas dos Estados-membros (Wolfrum, 2019, p. 3). A integração israelita no EMGF é importante para a organização, devido à sua ligação com o continente europeu através de projetos de exportação. Israel possibilita a oferta de um maior mercado energético e o fim do seu isolamento energético no Médio Oriente, minimizando assim as pressões políticas dos seus vizinhos árabes (Wolfrum, 2019).

A Grécia é também importante para a região, e conseqüentemente para o EMGF, visto que o seu território, localizado entre continentes e mares importantes, valida a sua posição geoestratégica, fundamental para a segurança e comércio do mar Mediterrâneo (Tziarras, 2019). Essas circunstâncias facilitaram a criação de eixos trilaterais com o Chipre e Israel, possibilitando a segurança económica e energética dos países (Tziarras, 2019). Com as descobertas

energéticas e a conseqüente formação do EMGF, a construção de gasodutos, como o EastMed tornou-se ainda mais relevante para a Grécia, Israel e Chipre.

A cooperação entre os membros deste fórum, venceu, por sua vez, a postura turca em torno do Mediterrâneo Oriental. A cooperação energética entre os Estados-membros do EMGF e a nova política externa turca contribuíram para o alargamento da organização e para a exclusão da Turquia daquela organização (Biresselioğlu, 2019). As disputas da Turquia na região e a sua intervenção em conflitos no Norte de África e Médio Oriente, contribuíram para que os seus vizinhos a pusessem de parte dos arranjos em curso na área da energia (Biresselioğlu, 2019).

O governo turco considera que o EastMed, bem como a construção de gasodutos como o EastMed, dificultará a concretização das suas ambições energéticas na região. Porém, se participasse no projeto, a sua economia beneficiaria com a diversificação de redes de fornecimento e estaria integrado na criação de um centro energético no Mediterrâneo Oriental (Tsakiris, Ulgen & Han, 2020). O governo turco também obteria ganhos ao estabelecer relações amistosas com os países vizinhos e com os parceiros ocidentais, tornando a Turquia um ator mais central (Günaydin, 2014).

A política turca motivou a celebração de um Memorando de entendimento entre Grécia, Chipre e Israel que deu origem a outro projeto de exportação, o EuroAsia Interconnector, cuja construção deverá iniciar até 2025 (Rau, Seufert & Westphal, 2022, p. 2), ligando as redes energéticas europeias e africana. É um cabo eléctrico submarino entre as redes eléctricas grega, cipriota e israelita através do mais longo cabo submarino do mundo (1 208 quilómetros). Este cabo põe fim ao isolamento energético de Chipre e liga-o à rede europeia. O Chipre é o último membro da UE isolado sem interconexões de energia. Esta ligação assegura o aprovisionamento energético seguro de Chipre e Israel, ligando-os à rede europeia. Também permite utilizar a eletricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis. Estes projetos também suscitaram o interesse da União Europeia, que o considerou um projeto de interesse comum (PIC), o que significa que pode receber uma série de benefícios (Rau, Seufert & Westphal, 2022).

Contudo, o projeto com maior apoio é o EastMed, devido à possibilidade de a União Europeia importar o gás natural do Mediterrâneo, reduzindo a dependência do gás natural russo (Baconi, 2017). Este projeto também enfrenta os seus obstáculos, tal como confirmar a sua atratividade a nível económico, a existência de uma potencial competição com o GLN norte-americano e, a nível político, a possibilidade de construção do próprio gasoduto (Baconi, 2017).



O interesse europeu surge pelo facto de a União Europeia e os seus membros importarem mais de metade da energia que consomem e serem altamente dependentes da Rússia (Tziarras, 2019). A dependência de gás natural russo tornou a UE vulnerável a qualquer quebra no fornecimento de gás, seja por conflitos geopolíticos, disputas políticas e comerciais ou falha nas infraestruturas (Tziarras, 2019, p. 12). O acesso ao gás natural do Mediterrâneo Oriental permitiria atenuar a dependência do gás natural da Rússia, apesar ser em menor quantidade, em comparação com russo. Pode, contudo, ter um papel suplementar, pois seria suficiente para limitar a pressão e o “leverage” político da Rússia em relação aos seus parceiros da Europa, nomeadamente em momentos de crise (Troulis, 2019).

Os EUA também demonstraram o seu interesse nos recursos energéticos desta região. O governo norte-americano estabeleceu como objetivos garantir a segurança energética dos aliados europeus, evitar a militarização e disputas na região, manter a Turquia como parceira e aliada do mundo ocidental e participar no mercado energético europeu (Al-Zawawy, 2021, p. 25). A presença norte-americana na região tem sido assegurada através das licenças de exploração concedidas às suas empresas e a manutenção da aliança energética entre Israel, Grécia e Chipre, em colaboração com outras companhias europeias.

As relações dos EUA com a Turquia ficaram abaladas quando a Turquia adquiriu sistemas de defesa antiaéreo russos S-400 (Público, 2021). O governo norte-americano apoiou a decisão de conter a influência turca no Mediterrâneo Oriental, estabelecendo parcerias com o governo israelita e cipriota, abolindo o embargo à venda de armamento ao Chipre e o fortalecimento de novas alianças na região (Özdemir, 2020). Com a aprovação do “*Eastern Mediterranean Security and Energy Partnership Act of 2019*”, Washington negligencia claramente a jurisdição marítima da Turquia e da República Turca do Norte de Chipre. Pelo contrário, promove as atividades de perfuração de gás em curso por parte das empresas internacionais. Juntamente com os parceiros europeus, o governo norte-americano não reconheceu os limites marítimos que o governo turco impôs e promoveu as explorações cipriotas.

O EastMed suscitou inicialmente o interesse do EUA, no entanto, a administração Biden afastou-se desse projeto, devido aos custos geopolíticos e ambientais e à prioridade a conceder às energias renováveis e à exportação de GLN (Ellinas, 2022, p. 11).

Efetivamente, uma das tendências mais importantes que poderia ter impacto no processo de decisão da UE é a irrupção do GNL americano na cena mundial, na sequência da chamada “revolução do gás de xisto”. Em 2022, as

empresas americanas forneceram à Europa 50% do gás natural liquefeito, juntamente com 12% do seu petróleo. Em contrapartida, os fornecimentos russos de petróleo e gás para o continente diminuíram para metade, afetados por boicotes, sanções e o limite de preços imposto pela EU (Lefebvre, 2023).

Voltando ao EastMed, o atual governo norte-americano apoiou a construção de terminais de liquidação, reforçando a dependência europeia do GLN, e aumentando a controvérsia relativamente à retirada do apoio de Washington ao gasoduto (de Jong, 2023).

## 5. Conclusão

Este artigo teve como objetivo descrever a posição turca na disputa pelo gás natural do Mediterrâneo Oriental e de como a assinatura do Memorando entre a Turquia e a Líbia intensificou essa disputa e teve um efeito multiplicador em relação a outras áreas contestadas por Ancara na região. A assinatura do Memorando entre a Turquia e a Líbia aumentou a competição marítima na região, pois foi considerado como a concretização, por meios diplomáticos, da “*Blue Homeland*”, a nova política externa da Turquia, que tem como objetivo o reforço da influência turca no Mar Mediterrâneo, no Egeu e no Mar Negro. Aquela doutrina alavanca reivindicações geopolíticas, denotando a vontade turca de reivindicar e defender uma ampla ZEE e desafiando, *a priori*, a soberania grega e os direitos soberanos gregos e cipriotas no Egeu e no Mediterrâneo Oriental.

Em termos da geopolítica dos recursos energéticos no Mediterrâneo Oriental, o governo turco não reconhece a ZEE cipriota, nem aceita as delimitações marítimas definidas pelo governo grego. As novas delimitações marítimas decorrentes do acordo entre a Turquia e a Líbia sobrepõem-se às áreas marítimas gregas e cipriotas. O memorando entre o governo turco e líbio fomentou a cooperação energética entre os países da região, culminando na criação do *Eastern Mediterranean Gas Forum*, organização na qual a Turquia não está presente, o que evidencia o seu isolamento no Mediterrâneo Oriental.

Este artigo também analisou como a criação do gasoduto promovido pela EastMed poderia constituir um “*gamechanger*” para a geopolítica da região, facilitando a segurança energética regional, bem como a criação de um centro energético no Mediterrâneo Oriental. As grandes descobertas de gás natural no Mediterrâneo oriental suscitaram esperanças de que a região pudesse servir as necessidades energéticas da UE, ajudando-a a cumprir os seus objetivos de diversificação energética e segurança, embora existam obstáculos comerciais e políticos e considerações geopolíticas divergentes de outros atores.

Em resumo, os recursos energéticos têm gerado tensões no Mediterrâneo, agravadas pela postura assertiva do governo turco. A assinatura de acordos e do Memorando com a Líbia intensificou as controvérsias relacionadas com as fronteiras marítimas e com os recursos energéticos com os países vizinhos no Mediterrâneo Oriental, o que levou à sua exclusão de organizações de cooperação energética na região.

Data de receção: 29/04/2023

Data de aprovação: 27/10/2023

## Referências

- Agreement between the Government of the Hellenic Republic and the Government of the Arab Republic of Egypt on the delimitation of the exclusive economic zone between the two countries. (2020). Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/56237/Part/I-56237-080000028058a22f.pdf>.
- Agreement between the Government of the State of Israel and the Government of the Republic of Cyprus on cooperation in the fields of renewable energy and energy efficiency. (2011). Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%202936/Part/volume-2936-I-51063.pdf>.
- Agreement between the Republic of Cyprus and the Arab Republic of Egypt on the delimitation of the exclusive economic zone. (2003). Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%202488/Part/volume-2488-I-44649.pdf>.
- Ak, G. (2014). Sovereign British Bases on Cyprus and Their Impacts on The Maritime Delimitation in The Eastern Mediterranean. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, 13(4). <https://doi.org/10.21599/atjir.01231>.
- Altunişik, M. B. (2014). Turkey as an ‘Emerging Donor’ and the Arab Uprisings. *Mediterranean Politics*, 19(3), 333–350. <https://doi.org/10.1080/13629395.2014.959761>.
- Al-Zawawy, M. S. (2021). What Biden may bring to the Eastern Mediterranean Region. *Insight Turkey*, 23 (Winter 2021). Disponível em: <https://www.insightturkey.com/>. <https://doi.org/10.25253/99.2021231.3>.
- Axt, H.-J. (2021). Troubled Water in the Eastern Mediterranean. Turkey Challenges Greece and Cyprus Regarding Energy Resources. *Comparative Southeast European Studies*, 69(1), 133–152. <https://doi.org/10.1515/soeu-2021-2006>
- Ayata, B. (2015). Turkish Foreign Policy in a Changing Arab World: Rise and Fall of a Regional Actor? *Journal of European Integration*, 37(1), 95–112. <https://doi.org/10.1080/07036337.2014.975991>.
- Baconi, T. (2017). *How the EU can support a regional gas hub in the Eastern Mediterranean*. Disponível em: [https://ecfr.eu/wp-content/uploads/ECFR211\\_-\\_PIPELINES\\_AND\\_PIPEDREAMS.pdf](https://ecfr.eu/wp-content/uploads/ECFR211_-_PIPELINES_AND_PIPEDREAMS.pdf).

- BBC News. (2020). *France sends jets and ships to tense east Mediterranean*, 13 de agosto, Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-53767792>.
- Bartrop, R. (2019). *Oil and gas in a new Libyan era: Conflict and continuity*. Oxford Institute for Energy Studies. <https://doi.org/10.26889/9781784671303>.
- Bireselioğlu, M. E. (2019). Clashing Interests in the Eastern Mediterranean: What About Turkey? *Insight Turkey*, 21(4). <https://doi.org/10.25253/99.2019214.07>.
- Christofis, N. (2022). Securitizing the Aegean: De-Europeanizing Greek-Turkish relations. *Southeast European and Black Sea Studies*, 22(1), 83–100. <https://doi.org/10.1080/14683857.2022.2027679>.
- de Jong, M. (2023). *LNG: Saviour or a new problem in the making?*. GIES Occasional Paper, 2023. Ghent Institute for International and European Studies – Ghent University. Disponível em: [https://www.ugent.be/ps/politiekewetenschappen/gies/en/research/publications/gies\\_papers/2023-global-energy-crisis/pdf-files/lng-saviour-or-a-new-problem-in-the-making-moniek-de-jong.pdf](https://www.ugent.be/ps/politiekewetenschappen/gies/en/research/publications/gies_papers/2023-global-energy-crisis/pdf-files/lng-saviour-or-a-new-problem-in-the-making-moniek-de-jong.pdf).
- Demiryol, T. (2019). Between security and prosperity: Turkey and the prospect of energy cooperation in the Eastern Mediterranean. *Turkish Studies*, 20(3), 442–464. <https://doi.org/10.1080/14683849.2018.1534204>
- Doğan, G. E. (2019). Navigating into Troubled Waters: Turkey's Foreign Policy in 2019. 50. *The Turkish Yearbook of International Relations*, 50, 259–267. <https://dergipark.org.tr/en/pub/tyir/issue/60713/897990>
- Eissler, E. R., & Arasil, G. (2014). Maritime Boundary Delimitation in the Eastern Mediterranean: A New Conflict between Cyprus, Turkey, Greece and Israel? *The RUSI Journal*, 159(2), 74–80. <https://doi.org/10.1080/03071847.2014.912809>
- Ellinas, C. (2022). Energy and Geopolitics in the Eastern Mediterranean. Disponível em: [https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2022/03/Eastern-Mediterranean\\_Final.pdf](https://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2022/03/Eastern-Mediterranean_Final.pdf)
- Eriksson, M. (2016). A Fratricidal Libya: Making Sense of a Conflict Complex. *Small Wars & Insurgencies*, 27(5), 817–836. <https://doi.org/10.1080/09592318.2016.1208794>
- Fasanotti, F. S. (2017). Libya: A nation suspended between past and future. *Studia Diplomatica* 68, no. 4, 95–104. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26531669>.
- Framework Agreement between the Government of the Republic of Cyprus and the Government of the Arab Republic of Egypt concerning the Development of Cross-Median Line Hydrocarbons Resources. (2013). Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/56113/Part/I-56113-080000028057089c.pdf>
- Ghafar, A. A. (2021). *Between Geopolitics and Geoconomics: The Growing Role of Gulf States in the Eastern Mediterranean*. IAI. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep28808>.
- Grigoriadis, I. N. (2014). Energy Discoveries in the Eastern Mediterranean: Conflict or Cooperation? *Middle East Policy*, 21(3), 124–133. <https://doi.org/10.1111/mepo.12087>
- Grigoriadis, I. N. (2022). Between escalation and détente: Greek-Turkish relations in the aftermath of the Eastern Mediterranean crisis. *Turkish Studies*, 23(5), 802–820. <https://doi.org/10.1080/14683849.2022.2087509>

- Günaydın, E. B. (2014). *Turkey's Potential Role in the Emerging South-Eastern Mediterranean Energy Corridor*. Roma, IAI. Disponível em: <https://www.iai.it/en/pubblicazioni/turkeys-potential-role-emerging-south-eastern-mediterranean-energy-corridor>
- Gürel, A., & Le Cornu, L. (2014). Can Gas Catalyse Peace in the Eastern Mediterranean? *The International Spectator*, 49(2), 11–33. <https://doi.org/10.1080/03932729.2014.906799>
- Gürzel Aka, A. G., Engin Bozoglu, A., Hashimov, I., & Pulhan, A. (2022). The 'new great game' in the Eastern Mediterranean. *Israel Affairs*, 28(1), 16–27. <https://doi.org/10.1080/13537121.2022.2017133>
- Intergovernmental Agreement between the Republic of Cyprus and the Arab Republic of Egypt concerning a Direct Submarine Natural Gas Pipeline. (2018). Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/No%20Volume/56114/Part/I-56114-08000002805706fc.pdf>
- İpek, P., & Gür, V. T. (2022). Turkey's Isolation from the Eastern Mediterranean Gas Forum: Ideational mechanisms and material interests in Energy Politics. *Turkish Studies*, 23(1), 1–30. <https://doi.org/10.1080/14683849.2021.1925884>
- İşeri, E., & Andrikopoulos, P. (2013). *Energy Geopolitics of the Eastern Mediterranean: Will Aphrodite's Lure Fuel Peace in Cyprus?* Volume 5, No 51, 37-46. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/332683661\\_Energy\\_Geopolitics\\_of\\_the\\_Eastern\\_Mediterranean\\_Will\\_Aphrodite's\\_Lure\\_Fuel\\_Peace\\_in\\_Cyprus\\_Dogu\\_Akdeniz'in\\_Enerji\\_Jeopolitigi\\_Afroditi'in\\_Cazibesi\\_Kiris'ta\\_Barisi\\_mi\\_Tesvik\\_Edecek](https://www.researchgate.net/publication/332683661_Energy_Geopolitics_of_the_Eastern_Mediterranean_Will_Aphrodite's_Lure_Fuel_Peace_in_Cyprus_Dogu_Akdeniz'in_Enerji_Jeopolitigi_Afroditi'in_Cazibesi_Kiris'ta_Barisi_mi_Tesvik_Edecek)
- Joffé, G. (2020). Libya: The new geopolitical arena. *The Journal of North African Studies*, 25(5), 681–688. <https://doi.org/10.1080/13629387.2020.1790110>
- Johnson, K., Ross, A., & Zemenides, E. (2015). *Natural Gas in the Eastern Mediterranean: The Coal and Steel of the 21st Century?* [https://www.europeangashub.com/wp-content/uploads/attach\\_548.pdf](https://www.europeangashub.com/wp-content/uploads/attach_548.pdf).
- Lefebvre, B. (2023, 28 de março). *How American energy helped Europe best Putin*, Politico, Disponível em: <https://www.politico.com/news/2023/02/23/american-energy-europe-putin-00083750>.
- Kardaş, Ş. (2020). Turkey's Libya policy: Militarization of regional policies and escalation dominance. *China International Strategy Review*, 2(2), 325–336. <https://doi.org/10.1007/s42533-020-00060-w>.
- Kısacık, S. (2020). *How Will the Existing and Probable Eastern Mediterranean Energy Security Parameters Affect the Eurasian and Aegean Sea Energy Geopolitics in the 21st Century?* Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/339876371\\_How\\_Will\\_the\\_Existing\\_and\\_Probable\\_Eastern\\_Mediterranean\\_Energy\\_Security\\_Parameters\\_Affect\\_the\\_Eurasian\\_and\\_Aegean\\_Sea\\_Energy\\_Geopolitics\\_in\\_the\\_21st\\_Century](https://www.researchgate.net/publication/339876371_How_Will_the_Existing_and_Probable_Eastern_Mediterranean_Energy_Security_Parameters_Affect_the_Eurasian_and_Aegean_Sea_Energy_Geopolitics_in_the_21st_Century).
- Köse, T., & Öztürk, B. (2020). A Sea of Change in the MENA Region: External Intervention in Libya. *Insight Turkey*, 113–138. <https://doi.org/10.25253/99.2020224.08>.
- Megerisi, T. (2020). *Geostrategic Dimensions of Libya's Civil War*. 37. Africa Center for Strategic Studies. <http://www.jstor.org/stable/resrep24408>.

- Memorandum of Understanding between the Government of the Republic of Turkey and the Government of National Accord-State of Libya on delimitation of the maritime jurisdiction areas in the Mediterranean. (2019). Disponível em: [https://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/Turkey\\_11122019\\_%28HC%29\\_MoU\\_Libya-Delimitation-areas-Mediterranean.pdf](https://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/Turkey_11122019_%28HC%29_MoU_Libya-Delimitation-areas-Mediterranean.pdf).
- Merz, F. (2020). *Trouble with Turkey in the Eastern Mediterranean* [Application/pdf]. 4 p. <https://doi.org/10.3929/ETHZ-B-000452228>.
- Murinson, A. (2012). Turkish Foreign Policy in the Twenty-First Century. *Mideast Security and Policy Studies* No. 97. [https://www.academia.edu/4284798/Turkish\\_Foreign\\_Policy\\_in\\_the\\_21\\_Century](https://www.academia.edu/4284798/Turkish_Foreign_Policy_in_the_21_Century)
- Özdemir, Ç. (2020). The United States-Backed Containment of Turkey in the Eastern Mediterranean. *Insight Turkey*, 111-126. <https://doi.org/10.25253/99.2020222.08>.
- Proedrou, F. (2021). A geopolitical account of the Eastern Mediterranean conundrum: Sovereignty, balance of power and energy security considerations. *Cambridge Review of International Affairs*, 1-18. <https://doi.org/10.1080/09557571.2021.1897088>.
- Público. (2021, 27 de setembro). *Erdogan admite voltar a comprar sistemas antimísseis à Rússia*. Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/09/27/mundo/noticia/erdogan-admite-voltar-comprar-sistemas-antimissseis-russia-1978975>.
- Quamar, Md. M. (2020). Turkey and the Regional Flashpoint in Libya. *Strategic Analysis*, 44(6), 597-602. <https://doi.org/10.1080/09700161.2020.1841098>.
- Ratner, M. (2016). *Natural Gas Discoveries in the Eastern Mediterranean*. <https://sgp.fas.org/crs/mideast/R44591.pdf>.
- Rau, M., Seufert, G., & Westphal, K. (2022). *The Eastern Mediterranean as a focus for the EU's energy transition: Deep-rooted enmities and new opportunities for cooperation between Greece, Turkey and Cyprus*. <https://doi.org/10.18449/2022Co8>.
- Rehman, A. U., & Abbas, Z. (2020). *Mediterranean Sea Struggle between Turkey and Greece and its Implications for the Existence of NATO and the Way Forward*. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/348231403\\_Mediterranean\\_Sea\\_Struggle\\_between\\_Turkey\\_and\\_Greece\\_and\\_its\\_Implications\\_for\\_the\\_Existence\\_of\\_NATO\\_and\\_the\\_Way\\_Forward](https://www.researchgate.net/publication/348231403_Mediterranean_Sea_Struggle_between_Turkey_and_Greece_and_its_Implications_for_the_Existence_of_NATO_and_the_Way_Forward).
- Rubin, A., & Eiran, E. (2019). Regional maritime security in the eastern Mediterranean: Expectations and reality. *International Affairs*, 95(5), 979-997. <https://doi.org/10.1093/ia/iiz146>.
- Saddiki, S. (2020). *The New Turkish Presence in North Africa: Ambitions and Challenges*. No. 33. <https://www.kas.de/documents/282499/282548/The+New+Turkish+Presence+in+North+Africa.pdf/1ef5bc1d-f900-a9b5-6fbo-619c94ec37b1>.
- Stanič, A., & Karbuz, S. (2021). The challenges facing Eastern Mediterranean gas and how international law can help overcome them. *Journal of Energy & Natural Resources Law*, 39(2), 213-247. <https://doi.org/10.1080/02646811.2020.1816739>.
- Stergiou, A. (2017a). Energy security in the Eastern Mediterranean. *International Journal of Global Energy Issues*, 40(5), 320. <https://doi.org/10.1504/IJ-GEI.2017.086842>.

- Stergiou, A. (2017b). Energy Wealth as Peace and Democracy Incentive: The Eastern Mediterranean Case. Em G. C. Bitros & N. C. Kyriazis (Eds.), *Democracy and an Open-Economy World Order* (257–268). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-52168-8\\_16](https://doi.org/10.1007/978-3-319-52168-8_16).
- Sukkarieh, M. (2021). *The East Mediterranean Gas Forum: Regional Cooperation Amid Conflicting Interests*. Disponível em: [https://resourcegovernance.org/sites/default/files/documents/the\\_east\\_mediterranean\\_gas\\_forum\\_regional\\_cooperation\\_amid\\_conflicting\\_interests\\_o.pdf](https://resourcegovernance.org/sites/default/files/documents/the_east_mediterranean_gas_forum_regional_cooperation_amid_conflicting_interests_o.pdf).
- Taylor, P. (2019, Apr. 17). *France's double game in Libya*. Politico. <https://www.politico.eu/article/frances-double-game-in-libya-nato-un-khalifa-haftar/>.
- Taş, H. (2020). The formulation and implementation of populist foreign policy: Turkey in the Eastern Mediterranean. *Mediterranean Politics*, 27(5), 563–587. <https://doi.org/10.1080/13629395.2020.1833160>.
- The Associated Press. (2020, 10 de setembro). “*Mediterranean drilling dispute sees Macron blast Turkish president Erdogan*”. CBC News. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/world/mediterranean-turkey-greece-france-1.5718480>.
- Troulis, M. (2019). The East Med pipeline project: Europe's fourth energy artery. *Civitas Gentium - 7:2* (2019) 153-168. Faculty of Turkish Studies and Modern Asian Studies National and Kapodistrian University of Athens. Disponível em: [https://www.academia.edu/42358533/The\\_East\\_Med\\_pipeline\\_project\\_Europes\\_fourth\\_energy\\_artery](https://www.academia.edu/42358533/The_East_Med_pipeline_project_Europes_fourth_energy_artery).
- Tsakiris, T. (2014). *Greece and the energy geopolitics of the eastern mediterranean*. [https://www.researchgate.net/publication/326479511-Greece\\_and\\_the\\_Energy\\_Geopolitics\\_of\\_the\\_Eastern\\_Mediterranean\\_LSE\\_Ideas\\_LSE](https://www.researchgate.net/publication/326479511-Greece_and_the_Energy_Geopolitics_of_the_Eastern_Mediterranean_LSE_Ideas_LSE).
- Tsakiris, T., Ulgen, S., & Han, A. K. (2018). *Gas Developments in the Eastern Mediterranean: Trigger or Obstacle for EU-Turkey Cooperation?* FEUTURE Online Paper No. 22. 22. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/326426667\\_Gas\\_Developments\\_in\\_the\\_Eastern\\_Mediterranean\\_Trigger\\_or\\_Obstacle\\_for\\_EU-Turkey\\_Cooperation](https://www.researchgate.net/publication/326426667_Gas_Developments_in_the_Eastern_Mediterranean_Trigger_or_Obstacle_for_EU-Turkey_Cooperation).
- Tziarras, Z. (2019). *The New Geopolitics of the Eastern Mediterranean: Trilateral Partnerships and Regional Security*. Re-imagining the Eastern Mediterranean Series: PCC Report, 3. Nicosia: PRIO Cyprus Centre. Disponível em: <https://www.prio.org/publications/11329>.
- United Nations Convention on the Law of the Sea. 1982. Disponível em: [https://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf).
- Wintour, P. (2020, 11 de dezembro). *EU leaders approve sanctions on Turkish officials over gas drilling*, The Guardian. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2020/dec/11/eu-leaders-sanctions-turkey-gas-drilling>.
- Wolfrum, S., & Stiftung Wissenschaft Und Politik. (2019). *Israel's contradictory gas export policy: The promotion of a transcontinental pipeline contradicts the declared goal of regional cooperation*. SWP Comment. <https://doi.org/10.18449/2019C43>.
- Yayla, A. S. (2020). *Erdogan's Libyan Adventure: Turkey, Russia, Gas Pipelines and Missiles*. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/338555807-Erdogan's\\_Libyan\\_Adventure\\_Turkey\\_Russia\\_Gas\\_Pipelines\\_and\\_Missiles](https://www.researchgate.net/publication/338555807-Erdogan's_Libyan_Adventure_Turkey_Russia_Gas_Pipelines_and_Missiles).

- Yilmaz, S., & Ertürk, M. (2020). *Oil Geopolitics of Libya and Turkey*. Vol. 9(8). Disponível em: <https://ijac.org.uk/articles/9.8.2.11-26.pdf>.
- Yorulmazlar, E., & Turhan, E. (2015). Turkish Foreign Policy towards the Arab Spring: Between Western Orientation and Regional Disorder. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, 17(3), 337–352. <https://doi.org/10.1080/19448953.2015.1063805>
- Yüksel, E. (2020). Turkey's approach to proxy war in the Middle East and North Africa. *Security and Defence Quarterly*, 31(4), 137–152. <https://doi.org/10.35467/sdq/130916>.

### **Sobre os autores**

MARIA DO CÉU PINTO ARENA é Professora Associada com Agregação da Universidade do Minho. É atualmente Vice-Presidente da Escola de Economia e Gestão e Presidente do Conselho Pedagógico.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3083-3890>]

JOÃO MANUEL SANTOS LEITE é Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Minho.

### **About the authors**

MARIA DO CÉU PINTO ARENA is an Associate Professor with Aggregation at the University of Minho. She is currently Vice-President of the School of Economics and Management and President of the Pedagogical Council.

[ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3083-3890>]

JOÃO MANUEL SANTOS LEITE holds a Master's degree in International Relations from the University of Minho.